



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), DO SEU REAL PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES

REQUERIMENTO N ° DE 2023

Requer a realização de diligência no município de São Felix do Xingu no Complexo Divino Pai Eterno.

Prezado Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 38, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de diligência, no município de de São Felix do Xingu no Complexo Divino Pai Eterno Condomínio, bem como ouvir representantes

- Comissão Pastoral da Terra
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar - Fetagri
- Deputado Estadual CARLOS BORDALO – Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e das Minorias.

JUSTIFICATIVA

A Revista Pública registrou a disputa uma terra pública de um lado pequenos agricultores sem terra e do outro pessoas usando de toda a violência para se apoderar de áreas da União

A espera que sangra o Divino Pai Eterno

Agricultores no sul do Pará exigem criação de assentamento em fazenda localizada em terra pública; conflito violento expõe a negligência do Estado na destinação de terras

17 de outubro de 2016 - José Cícero, Ciro Barros

São Félix do Xingu tem o tamanho da Áustria e o maior rebanho bovino do Brasil. Ostenta também um dos maiores índices de violência e desmatamento da Amazônia brasileira. Cerca, pasto, boi, madeira, violência e luta pela terra foram os ingredientes que levaram a reportagem a percorrer centenas de quilômetros até chegar às moradias de um acampamento de agricultores da zona rural do município. Desde 2008, eles aguardam a criação de um



assentamento numa área pública também disputada por fazendeiros. A região conhecida como Complexo Divino Pai Eterno mantém um dos conflitos agrários mais tensos do país.

No decorrer desta história, dividida em três partes, a disputa pela terra serve de fio condutor para compreender como uma série de falhas do Estado brasileiro potencializa situações de conflitos envolvendo pistolagem e abre brechas para crimes ambientais.

“Quando vocês forem lá, pega essa câmera bonita e filma bem a cara do povo. Anota bem os nomes das pessoas, porque quando o povo continuar morrendo vocês pelo menos vão ter algum registro.” O interlocutor chora diante do repórter.

A fonte, que por questão de segurança não será identificada, se refere às 150 famílias de trabalhadores rurais do Complexo, que fica encravado em um imóvel rural de 9.700 hectares, área pouco maior que Vitória, a capital capixaba, no meio da zona rural do município xinguense. O acampamento Novo Oeste e os fazendeiros que disputam o território estão numa terra pública da União registrada como Gleba Misteriosa em 1983 pelo antigo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), nos tempos em que a região recebia intervenção direta dos militares. A história que envolve o conflito agrário no Divino Pai Eterno é marcada por violência e medo. Desde 2008, quando os acampados passaram a pressionar as autoridades pela criação de um projeto de assentamento, seis trabalhadores perderam a vida de forma brutal. Essa contagem é dos moradores e das entidades que os auxiliam, caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará (Fetagri). A Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), órgão de mediação de conflitos agrários ligado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contabiliza a metade das mortes. Procurados para falar do caso, autoridades do Incra, da Polícia Civil, do Ministério Público, do Programa Terra Legal e de outros órgãos relacionados à questão se recusaram a dar entrevistas ou a revelar seus nomes. Um funcionário do Incra foi bem claro: “Não quero morrer por uma entrevista”. Dos acampados, todos pediram sigilo.

A partir de Marabá, município no sudoeste paraense, até o acampamento, o caminho é pela estrada de chão batido do Rio Preto, que não possui iluminação artificial e esconde crateras respeitáveis. Com chuva, se torna um lamaçal, o que impede as diligências policiais no local. Mesmo assim, a estrada é repleta de caminhões que trafegam em alta velocidade, sobretudo os que carregam gado e produtos agropecuários.

A rodovia revela paisagens bem distantes de estereótipos. Esqueça as matas fechadas. Mesmo estando no meio da Amazônia, ao norte do Parque Nacional do Xingu, o que se vê é cerca, pasto e boi. No sudeste amazônico, São Félix ostenta, segundo o IBGE, mais de 2,2 milhões de cabeças de gado, o maior rebanho do Brasil.

Arco do desmatamento

Apesar da queda na última década, o desmatamento no município xinguense continua expressivo. A taxa anual de 2015 foi de 187 km², pouco mais de uma Aracaju por ano, e a pecuária é uma das principais causas do desmate.

Não à toa, São Félix pertence à lista de municípios mais desmatadores da Amazônia elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde 2007. “Os pecuaristas desmatam muito a área dos pastos para não deixar sombra para o gado descansar. Com isso, o gado anda e fica musculoso, mais pesado. E os frigoríficos pagam o gado por peso”, explica Luís Nunes Lima Júnior, técnico em agropecuária da CPT.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ajuizou ação contra os invasores sendo concedida a decisão favorável, faltando a União cumprir a reintegração de posse em seu favor.

A realização da diligência irá contribuir para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Comissões,

de 2023.



Dep. NILTO TATTO (PT/SP)

Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)

Dep. PAULÃO (PT/AL)

Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)

Dep. CAMILA JARA (PT/MS)

Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)

Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)

Dep. MARCON (PT/RS)





Requerimento **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Requer a realização de
diligência no município de São Felix do
Xingu no Complexo Divino Pai Eterno.

Assinaram eletronicamente o documento CD233447561000, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. Valmir Assunção (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Padre João (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV

